

Discursos em Movimento: Considerações Sobre a Pedofilia e Pornografia Infantil na Rede

Vivian Lemes Moreira
Lucília Maria Sousa Romão

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, SP, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem como intento discutir a influência das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), especificamente a rede eletrônica, em torno dos discursos que circulam a respeito da pedofilia e da pornografia infantil; problematizando também as formas de vitimização das crianças e adolescentes no ambiente da rede. A partir do referencial teórico da Análise do discurso de matriz francesa, investigamos as formas de interação do sujeito na web, e analisamos os discursos que circulam sobre a pedofilia e pornografia infantil na rede eletrônica, mais especificamente em fóruns de discussão. Buscamos flagrar na ordem da língua os movimentos e rupturas dos sentidos em torno do tema proposto, no qual também identificamos discursos sobre o comportamento em torno da sexualidade e da criança.

Palavras-chave: Discurso; sentidos; internet; pedofilia.

ABSTRACT

Discourses in Movement: Considerations About Pedophilia and Child Pornography on the Web

The aim of this research is to discuss the influence of new information and communications technologies (ICT's), specifically the Internet, about the pedophilia and child pornography discourses, questioning the forms of victimization in children and adolescents on the web environment. Mobilizing the French Discourse Analysis, we intend to investigate the interaction forms of the subject on the web, and to analyze the discourses that circulate about pedophilia and child pornography on the web, specifically in discussion forums. Trying see in the order of the language the movements and ruptures of the senses around the theme, in which identify discourses about the behavior around sexuality and child.

Keywords: Discourse; senses; internet; pedophilia.

RESUMEN

Discurso en Movimiento: Consideraciones Sobre la Pedofilia y Pornografía Infantil en la Red

El presente trabajo tiene como intento discutir la influencia de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC), específicamente de la red electrónica, en torno del discursos que circulan sobre la pedofilia y la pornografia infantil, cuestionando también las formas de victimización de los niños y adolescentes en el entorno de la red. A partir del Análisis del Discurso de filiación francesa, se investigó la naturaleza de la interacción del sujeto en la web, y se analizó también los discursos que circulan sobre la pedofilia y la pornografia infantil en la red electrónica, más concretamente en los foros de discusión. Tratamos de coger el orden del movimiento por la lengua y la alteración de los sentidos en torno al tema, que también identificó los discursos sobre el comportamiento en torno a la sexualidad y el niño.

Palabras clave: Discurso; sentidos; internet; pedofilia.

INTRODUÇÃO

A atualidade de um tema

No século XIX ocorreram grandes mudanças no mundo, principalmente no campo da informação e da comunicação. Com o surgimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, houve um grande

aumento tanto na produção quanto na disseminação das informações entre os seres humanos. A facilidade ao acesso da sociedade a grandes quantidades e variedades de informação pode-se dizer que foi ocasionada pela rede eletrônica. O ciberespaço passou a ser então caracterizado pela sua ilusão do todo, onde tudo se acha e onde tudo se tem, onde os fluxos informacionais

e de comunicação seguem além fronteiras. Trazendo também a ideia da anulação do tempo e do espaço, por uma realidade virtual, ocasionada pela interatividade que conecta todos numa grande rede, construindo o universo do ciberespaço. Pode-se afirmar então que a internet é simultaneamente essa dicotomia entre o real e virtual, que passa a modificar a própria noção das coordenadas espaço-temporal na qual estamos habituados, onde o espaço e o tempo passam a ser configurados a partir das interações do sujeito no ambiente da rede; onde ele começa a vivenciar uma construção social partilhada, tendo em vista o caráter heterogêneo da rede.

O sujeito em sua navegação pela web passa a ter a abertura em diversos processos: tanto cognitivos, os sociais e também afetivos; lançando a emergência de novos sentidos e de outros processos de significação e também possibilitando uma maneira diferente de assunção da sua própria subjetividade (Silva, 2001). As comunidades virtuais e listas/fóruns de discussão estão atreladas a uma efervescência social construída a partir do anonimato ou não. Essas comunidades inserem sujeitos que possuem interesses comuns, e passam a se interagir dentro dessas mesmas. No ciberespaço, as pessoas são capazes de interagir sem, no entanto, necessitar divulgar sua identidade, dessa forma não há uma diferenciação do que é verdade e o que é mentira, posto que esse anonimato implica na diferenciação desses dois significantes. “Assim, o que seriam bem e mal, mentira e verdade se misturam num movimento de reconstrução no universo do ciberespaço, e a liberdade, por conseguinte, é colocada em jogo na medida em que, nem sempre, as possibilidades correspondem ao que é difundido” (Galli, 2008, p. 44).

Ao sujeito navegador, é possível assumir diferentes máscaras, revelar seus desejos mais íntimos e até cometer crimes, que são chamados de “cibercrimes”. Tudo isso pode ser realizado sem manter um contato físico com outras pessoas, somente o contato virtual, porém esse contato pode chegar a se efetivar, e muitas vezes o resultado pode não ser o que se esperava; ou até um grande risco. Isso nos permite inferir que o ciberespaço amplia a vulnerabilidade tanto das crianças como dos adolescentes principalmente, que podem contribuir para sua própria vitimização, pela forma como deliberadamente se expõem na web, por meio de redes sociais (Facebook, Orkut), blogs e salas de bate-papo, podendo ser ludibriados por adultos mal-intencionados, criminosos e pedófilos; sem deixar de acrescentar a circulação e o comércio da pornografia infantil na rede.

O LUGAR DO DISCURSO NAS REDES DE SENTIDOS: O CORPO DO SUJEITO-CRIANÇA EXIBIDO E FALADO NA REDE

Para a confecção desse artigo, tem-se como base teórica a Análise do Discurso de filiação francesa já que está em nosso horizonte investigar os discursos que circulam na rede em torno da pedofilia e da pornografia infantil e a interação do sujeito nesse ambiente. A teoria da Análise do Discurso (doravante AD) une reflexões sobre texto e história, articulando a linguística de Ferdinand Saussure, enquanto a estrutura e o sistema, o materialismo histórico do Marxismo, compreendendo a língua e sua exterioridade afetada pela ideologia e a psicanálise proposta por Freud e as releituras de Lacan, instituindo o sujeito do inconsciente. De acordo com Orlandi (2005, p. 110), por pressupor a linguística é que a AD passa a ser mais específica quanto ao tratamento da linguagem nas metodologias aplicadas nas ciências humanas. Essa teoria tem como cerne a língua funcionando para a produção de sentidos, permite analisar o discurso além das palavras, focando-se na produção dos sentidos.

A teoria da AD nos ajuda a entender os movimentos do sujeito enquanto ser social, já que tem como preocupação observar os processos históricos de atribuição de sentidos focando o sujeito como um pilar importante para a compreensão do funcionamento da linguagem. Segundo Orlandi (2005, p. 130): “O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que se reflete sua interpelação pela ideologia”. Assim, tomamos o sujeito do discurso como posição afetada pela ideologia e pelo inconsciente. “A ideologia e o inconsciente fazem com que haja deslocamentos e deslizos sem conhecimento do sujeito. Há uma determinação inconsciente e ideológica no dizer, no modo como esse se constitui” (Dorneles, 2005, p. 48).

Essa perspectiva nos faz compreender o sujeito descentrado, que tem a ilusão de ter o controle sobre o seu dizer, quando na verdade ele é interpelado pela ideologia, que naturaliza certos sentidos e apagam outros. Definindo o sujeito descentrado, cindido e heterogêneo, Pêcheux (1997) cita duas formas de esquecimento no discurso: o esquecimento número um, também chamado de esquecimento ideológico; onde o sujeito é afetado pela ilusão de ser a origem do que diz. Seria como se as palavras surgissem no momento em que são faladas, como se o sujeito fosse à origem do seu dizer, quando na verdade retomamos os sentidos pré-existentes, ao já-dito. Sobre o esquecimento

número dois, ele configura-se como o enunciativo, onde o sujeito ao pronunciar uma palavra, se esquece de outras palavras que poderiam ser ditas e que existem outros sentidos possíveis para ela. Seria como se a palavra “pedofilia” tivesse somente um significado, apagando todos os que foram inscritos em outros contextos sócio-históricos. De acordo com Fernandes (2005), esse esquecimento refere-se à ilusão que o sujeito tem de controlar o que diz, de supor existir uma correspondência direta entre a linguagem e o mundo.

Assim, o sujeito dos esquecimentos é interpelado em sujeito pela ideologia, esta que não é a inversão da realidade como na tradição marxista, mas uma relação necessária entre o sujeito-linguagem e o trabalho histórico dos sentidos: “linguagem e ideologia são vinculadas, esta materializa-se naquela” (Fernandes, 2005, p. 43). Tal processo é determinado por formações ideológicas (Pêcheux, 1997) que naturalizam um conjunto de representações, saberes e dizeres possíveis para o sujeito em uma conjuntura dada, fazendo parecer óbvio que se diga de um modo e não de outro. Assim a ideologia define-se como o mecanismo que torna os sentidos naturais para o sujeito, fazendo-os parecer evidentes e claros; ela é responsável pela produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência.

... é a ideologia que fornece as evidências pelos quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc, evidências que fazem com que uma palavra, ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (Pêcheux, 1997, p. 132).

O mesmo autor sustenta que é pela linguagem que os sujeitos e os sentidos constituem-se juntos na ilusão de que são transparentes. De acordo com Orlandi (1999, p. 15), “assim considerada, a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro”. Além das noções de sujeito e ideologia, esse trabalho mobiliza também o conceito de memória discursiva, isso porque as palavras não nascem no momento em que são ditas, mas reorganizam redes de memória do já-lá (Pêcheux, 1999). A memória para a AD, não se constitui de recordações passadas ou de lembranças saudosistas de outras épocas, mas se configura como um saber discursivo, como matéria fundante de todo ato de linguagem. Dessa maneira, a

memória discursiva implica considerar a anterioridade e a exterioridade, os dizeres já dados e também aqueles já esquecidos ou impossíveis de dizer, que determinam e definem os lugares discursivos e as posições às quais o sujeito pode se filiar, afetado pela ideologia e pelos dois esquecimentos que já vimos. Colocamos que se a memória ancora a inscrição do dizer do sujeito, também o silêncio o faz, posto que há sentidos que foram interditados e que, mesmo calados, significam e reclamam interpretação.

Os postulados teóricos apresentados até aqui são importantes para interpretar o modo como o sujeito se constitui, como produz sentidos e como mobiliza o interdiscurso para significar suas palavras, ora repetindo o já-lá (Pêcheux, 1999), ora promovendo deslizamentos e rupturas dos sentidos. Assim, enfatizamos que o interesse aqui é investigar a produção e o percurso dos sujeitos e sentidos no discurso eletrônico, flagrando nos relatos, marcas discursivas de efeito de espetáculo em torno da exibição do corpo e da infância/juventude; e a inscrição das redes de memória já ditas em outros lugares sobre a pedofilia e pornografia infantil.

VITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DA WEB: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SENTIDOS DE PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL

A Internet hoje já é considerada a maior responsável pelo comércio, divulgação e exploração sexual de crianças e adolescentes no mundo. Os números fornecidos pela INHOPE (International Association of Internet Hotlines) são alarmantes e estima-se que a pornografia infantil movimente hoje cerca de US\$ 5 bilhões em todo o mundo, sendo que US\$ 300 milhões correspondem à venda de fotos e vídeos contendo alguma forma de abuso sexual. E já foram encontrados mais de 17.000 sites direcionados a pedofilia na web. A pornografia infanto-juvenil assim como a pedofilia e formas de abuso e ou exploração sexual existem independentemente da web, porém são altamente potencializadas nesse ambiente, pela facilidade da disseminação desse conteúdo. De acordo com Felipe (2006, p. 207): “No campo da sexualidade, surgiram novas modalidades de exercício do prazer e de experimentação do desejo através do mundo informatizado. Dentro desse espectro, a prática da pedofilia encontrou o seu lugar de exercício, divulgação e expansão”.

De acordo com o manual “Navegar com Segurança” da Childhood Brasil (2006), a pedofilia na web consiste em produzir, disseminar, vender, adquirir e armazenar pornografia infantil pela rede eletrônica, por meio das

páginas da web, e-mail, newsgroups, salas de bate-papo (chat), ou qualquer outra forma. Compreende, ainda, o uso da internet com a finalidade de aliciar crianças ou adolescentes para realizarem atividades sexuais ou para se exporem de forma pornográfica. Como o pedófilo tem desejo sexual quase exclusivo por crianças e pré-adolescentes, ele tenta agir de forma sedutora, visando conquistar a confiança de sua vítima. Há casos de pedofilia na rede que não há o contato físico da vítima e do abusador, porém em outros casos o encontro pessoal pode acabar em violência física ou sexual.

Quanto à produção do material pornográfico infantil, há o contato físico entre a criança e o abusador (caso não seja montagem pelo computador ou contato via webcam), dessa forma o que ocorre muitas vezes é o envolvimento de uma rede internacional do crime organizado, especificamente em tráfico de crianças. Segundo Felipe (2006, p. 210): “Tal rede é composta por “angariadores”, que são pessoas pagas para sequestrarem crianças com o intuito de utilizá-las em filmagens obscenas”. E normalmente esses “angariadores” procuram perfis de crianças (sexo, idade, condições físicas) de acordo com encomendas realizadas pelas redes de pedofilia, e após sequestrarem essas crianças produzem as filmagens conforme o que foi encomendado.

Os sites colocam simultaneamente no ar as imagens de violência/abuso sexual, ao vivo, para deleite dos pedófilos, que pagam elevadas taxas com o objetivo de ter acesso a tais cenas. Através desses sites os pedófilos podem se comunicar e estabelecer estratégias de sedução para obter novas vítimas (Felipe, 2005, p. 211).

A expressão “pedofilia na Internet” acabou se tornando um clichê para tratar qualquer tipo de abuso cometido contra os direitos da criança e do adolescente na rede, de acordo com Reis (2004, p. 309-310):

Na verdade, o que ocorre, no mais das vezes, é a distribuição da pornografia infantil na rede. Porém, aquela expressão acabou por ser usada para definir todas as manifestações de abuso sexual infantil perpetradas ou veiculadas através da grande rede mundial de computadores.

Dessa forma será discutido o que seria a pornografia infantil, e como ela se dá na Internet. O termo pornografia infantil é utilizado para definir qualquer representação de uma criança ou adolescente envolvidas em atividades sexuais explícitas reais ou

simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais (Conforme o Art. 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente). Segundo Reis (2003, p. 309) a pornografia infantil no ambiente da rede eletrônica pode ocorrer diversas maneiras: “o material pode ser oriundo de fatos reais ou criado e montado através do computador; pode ser distribuído através dos sites web, newsgroups, salas de bate-papo e e-mail; pode estar no formato de imagem, vídeo ou até mesmo em formato de áudio”. O autor marca também que nem todas as pessoas que estão envolvidas na disseminação dos materiais que contém a pornografia infantil na rede são os abusadores, exploradores sexuais ou pedófilos. E que esses distribuidores podem ser meros usuários da rede que possuem interesse financeiro nesse tipo de material. A pornografia infantil acaba sendo relacionada à pedofilia, pois elas estão intimamente ligadas, pois é ela que alimenta em sua maioria os “clubes de pedófilos”, onde esses podem adquirir diversos tipos de materiais (fotos, vídeos..) contendo pornografia infantil.

De acordo com o manual “Navegar com segurança” (2006), uma estratégia utilizada por pedófilos e outras pessoas envolvidas com a produção de imagens pornográficas de crianças e adolescentes, é de estimular e induzir as crianças e jovens a verem imagens de outros menores de idade em atividade sexual ou expondo a sua sexualidade, de modo a tornar essas cenas “naturais”, convencendo-os assim a aderir mais facilmente aos contatos virtuais, sexuais ou pessoais, ou mesmo deixar-se fotografar e filmar. Sendo que muitas dessas imagens mostradas podem ser fictícias, alteradas por programas de computadores, ampliando dessa forma a gravidade das condutas sexuais, tornando-as mais “aceitáveis” aos olhos das crianças e adolescentes.

As formas de vitimização de crianças e adolescentes na Internet podem ocorrer de várias maneiras, através de sites com conteúdo impróprio incitando a violência, a pornografia (incluindo a infantil), salas de bate-papo, MSN, redes sociais ou e-mail, onde podem chegar mensagens incitando a criança e ou o jovem a divulgar seus dados e ou enviar fotos; e sem saber eles podem estar se envolvendo com criminosos. Esses que muitas vezes para envolverem as crianças e os jovens se identificam como pessoas da mesma faixa-etária, a partir de uma identidade criada sobre perfis falsos com a finalidade de estabelecer comunicação com crianças e adolescentes. Para que assim consigam ter acesso as imagens, informações e dados pessoais sobre a sua intimidade. De acordo com Lidchi (2008), as formas mais recorrentes de abusos contra crianças e adolescentes no ciberespaço são:

I. sedução que ocorre quando a criança ou adolescente acaba por ser convencida a participar de uma situação traumática ou criminoso; II. exposição de cenas ou fotos pornográficas ou vídeos de caráter obscenos; III. produção, distribuição ou utilização de materiais contendo cenas de abuso sexual; IV. realização de cyberbullying (intimidar ou ameaçar menores de idade pela Internet); V. estímulo ao turismo sexual; VI. exploração comercial sexual e tráfico humano ou sexual e pedofilia. O que pode violar assim, a intimidade, a liberdade e dignidade do da criança e ou do adolescente, o que pode ocorrer tanto pela violência psíquica e sexual, desencadeando acarretar sérios problemas em seu desenvolvimento.

Os sentidos que circulam sobre a pedofilia são discutidos por diversas áreas do conhecimento e veiculados por vários canais de informação, e podem ser definidos como violência sexual, práticas obscenas e ou sádicas cometida por adultos com crianças e até o ato cometido por um adulto de contemplar fotos de caráter sensual de meninas e adolescentes. A pedofilia é considerada, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10/OMS), um transtorno da preferência sexual em adultos, a qual incide sobre crianças geralmente pré-púberes ou no início da puberdade. E de acordo com a definição do (DSM-IV/APA), a pedofilia é um transtorno da sexualidade caracterizado pela formação de fantasias sexualmente excitantes e intensas, impulsos sexuais ou comportamentos envolvendo atividades sexuais de adultos com crianças pré-púberes, geralmente com 13 anos ou menos.

De acordo com tal classificação, para que uma pessoa seja considerada pedófila, ela deve ter no mínimo 16 anos e ser ao menos 5 anos mais velha que a criança. Para a justiça brasileira, a pedofilia não é considerada um crime, porém, os atos ligados a pedófilos podem estar sujeitos a penalidades de acordo com o Código Penal Brasileiro, como atentado violento ao pudor (que é considerado uma prática de atos libidinosos cometidos sob uso de violência ou grave ameaça), crime de estupro (constrangimento da criança ou adolescente à conjunção carnal sob o uso de violência ou grave ameaça) e, como já foi citado neste trabalho, a pornografia infantil (apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, pelos meios de comunicação, inclusive a internet, fotografias, imagens pornográficas e/ou cenas de sexo explícito que envolvam crianças e pré-adolescentes). Cabe ressaltar, que nem todos os pedófilos praticam tais atos, pois, na maioria das vezes, a produção de materiais pornográficos infantis é realizada por criminosos que têm como intento a comercialização do material e não a satisfação sexual, o que implica lucrar com a exibição

do corpo de crianças. Porém, a produção do material pornográfico está diretamente ligada aos clubes de pedofilia, lembrando também que o armazenamento desse tipo de material é crime.

Este trabalho não tem como intento abordar as categorizações da pedofilia e questões mais aprofundadas sobre tal assunto, pois o que nos interessa aqui é abordar os discursos e os sentidos atribuídos nos dias atuais na web em torno da pedofilia e de quem a pratica. A palavra pedofilia tem a sua origem grega *paidophilos*, a qual era discursivizada a partir da ideia do amor às crianças, que circulava sentidos sobre o amor de um pai e ou adulto pelas crianças, especificamente por meninos. Na Grécia antiga, a relação sexual entre adultos e jovens era entendida como parte integrante de um processo pedagógico. Atualmente, na sociedade contemporânea esse tipo de relação, passou a ser um comportamento socialmente inadequado. As condições sócio-históricas possibilitaram tais mudanças, fazendo com que determinadas práticas cometidas na sociedade passassem a ser consideradas impróprias.

Até meados do século XVII, não se pensava em direitos da criança e ou em uma forma de educação e tratamento das crianças diferenciado dos adultos. Com o passar dos anos e com a evolução da sociedade e da ciência, “o conhecimento produzido sobre a infância a partir do século XVIII, suas características e necessidades, foi consolidando aos poucos a ideia da criança como sujeito de direitos, merecedora de dignidade e respeito, devendo ser preservada em sua integridade física e emocional” (Felipe e Guizzo, 2003, p. 3). Isso inclui também assuntos relacionados à sexualidade infanto-juvenil, em que qualquer ato muito afetuoso de um adulto para com uma criança passou a ser considerado como um ato suspeito, o qual exige vigilância e controle. Ou seja, historicamente as crianças passaram a ter seus direitos assegurados.

É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Eca art. 22

Nessa tentativa de assegurar os direitos da criança e discursivizando-a como um ser imaculado e inocente, surge à ideia da dessexualização das crianças como um fenômeno recente na história ocidental. De acordo com Mott (1989, p. 33) “aproximá-la dos prazeres eróticos equivaleria a profanar sua própria natureza

– a dessexualização da infância e adolescência impõe-se como um valor humano fundamental da civilização judaico-cristã”. Dessa forma, questões a cerca da sexualidade da criança viraram um tabu na maioria das sociedades, e a pedofilia passou a ser discursivizada como um ato repugnante, pervertido e hediondo, tanto como a pornografia infantil. Assim tratar desses assuntos, de acordo com Landini (2007, p. 85): “significa mexer com um emaranhado de temas ainda tabus em nossa sociedade: a sexualidade (adulta, infantil e juvenil); a pornografia e o desejo (expressões dessa mesma sexualidade); a violação da criança e do adolescente (portanto, a violação de nosso ideal de inocência)”.

Porém, ao mesmo tempo em que se vê a luta pelos direitos e de proteção à criança e a legitimação do sentido de dessexualização da infância, é possível verificar também o apelo da mídia e a espetacularização em torno do corpo infantil, em especial de garotas adolescentes seja em capas de revistas e jornais, novelas, programas televisivos de entretenimento. Hoje as garotas entram cedo no universo da indústria da moda e o seu corpo é regularmente utilizado para expor mercadorias, na maioria das vezes de forma sedutora, o que Landini (2003) chama de pedofilização. As práticas sociais da atualidade, materializadas nos discursos da mídia, publicidade, programas de televisão, internet, músicas, filmes, entre outros, banalizam o corpo infantil e adolescente, erotizam a infância e a juventude, investem uma tensa relação de ambos com o consumo. “São corpos desejáveis que misturam em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados”. (Felipe, 2006, p. 216). Dessa forma, é possível verificar o seguinte confronto de regiões de sentidos em rota de colisão, de um lado, o apelo cada vez maior da indústria cultural à erotização do corpo infanto-juvenil, em contraponto a isso, o movimento de proteção à infância e a juventude contra a violência/abuso sexual. Assim iremos flagrar nos dados que se seguem o que foi discutido até aqui em torno da pedofilia, pornografia infantil e infância.

ANÁLISE DISCURSIVA DOS DADOS: O CORPO DE CRIANÇA À MOSTRA DE OUTROS OLHOS

A seguir, analisaremos discursivamente um corpus com dados coletados na rede ao longo de dois meses, e que foi selecionado a partir de uma leitura sob a ótica da teoria da AD, no qual privilegiamos a forma como o sujeito tem inscrito os sentidos sobre a pedofilia e a pornografia infantil através de fóruns de discussão na web. O conteúdo dos fóruns visitados configura-se de

caráter público no ambiente da rede, não necessitando de nenhuma senha e ou passaporte para acessá-los, caracterizando uma pesquisa de coleta documental isenta de direitos autorais. Salientamos que por questões éticas os nomes e as imagens dos internautas não foram divulgados.

O primeiro recorte foi retirado do website “Linha defensiva” (<http://www.linhadefensiva.org/>) especializado em segurança na Internet, do qual retiramos o recorte abaixo do “fórum de discussão” que abordava a temática da pornografia infantil.

Marcos Gru:

14/12/2008, 06:26 PM. Em minha opinião, esse assunto não é discutível. Todo pedófilo é safado, e no mínimo tem que ficar na cadeia por muito tempo.

COMENTÁRIO 1

No comentário acima, o sujeito-navegador coloca que o assunto sobre pornografia infantil não é algo que se deva discutir, um discurso que deve ser interdito; pois inscreve uma posição em que é possível levantar questões tidas como “tabu” na sociedade para falar sobre sexualidade, e ainda mais envolvendo crianças. Porém, sabemos que o silêncio é constitutivo da linguagem (Orlandi, 1999), posto que há sentidos que não foram ditos e ficaram interditos e, mesmo calados, eles significam e reclamam interpretação, situados entre o dizer e não dizer.

O sujeito-navegador coloca que, todo “pedófilo é safado” e que devem “ficar na cadeia”, colocando-os na posição de criminosos, posto que devam ser presos. Mais ainda, instala aqui um efeito de generalização que faz parecer evidente o colamento do pedófilo à ordem da safadeza; isso nos remete a regiões da memória discursiva em que os efeitos de imoralidade e falta de caráter estão postos em funcionamento. Dessa forma, o sujeito, ao discursivizar o ser pedófilo, esquece-se de que outros sentidos possíveis poderiam estar ali onde o efeito ideológico de evidência naturalizou apenas um. Por exemplo, a pedofilia deixa de ser tratada como uma questão médica ou psíquica e passa a funcionar discursivamente como sinônimo de ser “safado”, efeito de moralidade, e também de ser alguém que deve ficar na “cadeia”, o que reclama a inscrição de sentidos de criminalidade. Ao enunciar, e crendo haver uma relação termo a termo entre a palavra, entre o pensamento e o mundo, o sujeito é capturado pelo esquecimento número dois (Pêcheux, 1990), tomando a palavra como sua e tecendo uma sentença sobre a pedofilia, sentença esta entremeada pela imoralidade e criminalidade. O próximo recorte foi retirado do mesmo site.

Adembar:

12/11/2007, 09:56 PM. Boa noite Warachia.

Creio que o assunto está sendo muito bem abordado por todos que estão participando, dada a sua complexidade. Mas lembremos então que o fato de SER pode ser considerado uma doença, um desvio ou algo assim, mas FAZER algo que prejudique alguém é quando se configura o crime...

COMENTÁRIO 2

Nesse recorte, o sujeito-internauta dialoga com o outro navegador e discursiviza a pedofilia como uma doença. Inscreve-se em regiões da memória discursiva sobre a pedofilia tratada no âmbito da área da saúde, onde ela é tida como um distúrbio psiquiátrico, classificado como um transtorno de preferência sexual pela CID-10 (*Classificação Internacional das Doenças*, na sua 10ª ed.), ou mesmo um tipo de parafilia, conforme o DSM-IV-TR (*Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais*, 4ª ed.). Dessa forma, ele enuncia que o pedófilo pode ser considerado portador de uma doença, porém se ele cometer algum ato que seja da ordem da violência, ligada com seus desejos e impulsos sexuais por crianças, é crime. Assim, o pedófilo, não é tratado necessariamente como um criminoso, por ser um pedófilo, mas sim se ele deixar seus desejos e impulsos sexuais aflorarem. “Embora o termo pedofilia seja largamente associado à violência sexual infantil, trata-se mais precisamente de transtorno parafilico (e, para a maioria desses autores, não implica necessariamente atos criminosos – na verdade, na maioria dos casos não há ocorrência de atos ilícitos)” (Serafim et al., 2009, p. 106). Coloca-se que muitos portadores desse transtorno conseguem manter em sigilo seus desejos controlando-os, de forma que raramente causem algo que seja fora da ordem da justiça, como a violência sexual contra menores. Porém os molestadores e abusadores de crianças não conseguem controlar suas fantasias e desejos, estes em sua maioria tem seu transtorno potencializado por situações de estresse intenso, pressões psíquicas (Serafim et al. 2009) que os levam a comportar-se de forma criminosa.

O próximo recorte foi retirado do blog “Diga não a erotização infantil” (<http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com>), cuja proposta é divulgar materiais sobre os direitos da infância e juventude e trazer discussões a respeito da preservação da infância. O post a seguir, foi retirado da discussão sobre a pornografia infantil e pedofilia na Internet.

Ricardo Alex:

07/11/2007, 11:24 PM.

Se eu pudesse mataria todos os pedofilos da terra. Bando de covardes, por quê não encaram alguém

que pode-se defender Não tenho medo desses lobos disfarçados de ovelhas, diabos disfarçados de anjos, que aproveita-se da imaturidade de uma criança e fazem horrores com esses inocentes de Deus. Que Deus proteja todas as crianças.

COMENTÁRIO 3

O sujeito-navegador no post acima, sujeito materializa discursivamente uma condenação de “todos os pedófilos”, o que faz falar o seu desejo o “bando de covardes”. Em outra posição discursiva, diferente do primeiro sujeito que coloca o pedófilo na condição de doente, aqui instala-se o efeito de crime relacionado à palavra “pedófilo”. O funcionamento discursivo marca uma dicotomia entre o bem e o mal, instaladas nas marcas linguísticas “diabos” e “anjos” para delimitar o lugar de pedófilos e crianças. Observamos aqui o atravessamento do discurso religioso sustentando sentidos de/sobre maldade e crueldade atribuídas ao anjo satânico e de/sobre ingenuidade e pureza dos anjos-crianças. Para descrever os pedófilos, o sujeito produz associações a criaturas más, como “diabos” e “lobos”. O fio da memória discursiva, que sustenta a produção de sentidos aqui, é atualizado pela figura do lobo em muitas histórias infantis, por exemplo “Chapeuzinho Vermelho” na qual o lobo mau se faz de bonzinho, no papel da vovozinha, para atrair, seduzir e amedrontar a pequena garotinha. Essa posição de lobo também é recorrente em fábulas, narrativas orais e relatos infantis, sempre com um traço de algo traiçoeiro e ameaçador. A tensa luta entre o bem e o mal está posta, fazendo falar o imaginário socialmente construído na sociedade contemporânea de que a criança é um ser inocente e dessexualizado, próximas à representação de ovelhas e anjos, metáforas a partir das quais emergem sentidos de/sobre o discurso religioso e efeitos de confrontação entre o sacro e a pureza em oposição ao profano e ao impuro.

O próximo recorte foi retirado do website do jornal “A tarde” online (<http://www.atarde.com.br/>), do dia 14/09/2009, que apresentava uma textualização midiática sobre o estudante de Medicina que foi acusado de pedofilia por ter abusado sexualmente de três crianças, a prisão foi feita em flagrante. A notícia estava intitulada como: “Estudante de medicina acusado de pedofilia é apresentado pela polícia”.

O estudante de medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba) DNL, 23 anos, preso sob acusação de abusar sexualmente de crianças, foi apresentado nesta segunda-feira, 14, na 26ª CP, de Vila de Abrantes.

A acusação passa a não ser mais discursivizada como um crime de pedofilia, mas sob a acusação de abuso sexual contra menores, o termo tido como correto judicialmente. Assim, ressaltamos que o significativo “pedofilia” inscreve sentidos cristalizados socialmente para tratar de assuntos relacionados a crimes que envolvem crianças em situação de violência, essas cometidas por adultos. Dessa forma, o recorte acima é sustentado por regiões da memória discursiva que produzem um alinhamento imaginário entre violência e abuso contra a criança. Pelo sentido ideológico de evidência, ser estudante de Medicina implica imaginariamente um lugar de autoridade em que cuidar da saúde do outro (e do corpo) está posto como obrigatório, talvez por rasgar com intensidade tal obviedade, o caso teve larga repercussão no blog e choveram posts.

Lisandro: (14/09/2009, 18:09)

Esse tipo de animal que existe na nossa sociedade é uma mutação da falta de punição severa para pessoas desse tipo. Pois imagine a cabeça dessas criança como estão. Perdem a infância, por que fica sempre sequelas que nunca mais serão reparadas e uma mãe que ver um filho estudante de medicina e praticando esses delitos ela também é conivente com esse louco.

COMENTÁRIO 4

Discursivizando o estudante de Medicina como “animal”, o sujeito instala sentidos de crime, reclamando o rigor da lei para tratar e coibir aquele que, pela posição social de prestígio que ocupa – dono de um saber e um poder, autorizados pela universidade – não poderia nem deveria estar praticando “esses delitos”. O que inclui também a mãe do acusado, esta que como na posição de mãe, deveria zelar pelo filho e corrigi-lo, e não ser “conivente” na situação.

Peterson: (14/09/2009, 16:28)

Até qdo o homem confundirá transtorno mental com caso de polícia? Tratamento para esse rapaz, é isso que ele tem que ter.

COMENTÁRIO 5

No post acima, a pedofilia volta a ser falada como uma patologia e não como um crime; e nem mesmo o ato cometido pelo pedófilo por abusar sexualmente de uma criança foi tido como criminoso. Pois, o sujeito atribuiu ao estudante de Medicina acusado do crime, uma posição de um doente que necessita de um tratamento médico e não de ser julgado como criminoso. Ao dizer desse modo, o sujeito se esquece de outros sentidos

que poderiam atribuir à pedofilia, crendo haver somente uma forma de enunciar, configurando-se pelo esquecimento número dois, denominado enunciativo. Relembremos com Pêcheux (1997, p. 190):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição e de uma palavra, não existe ‘em si mesmo’ (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Desta maneira, as palavras estão sempre ligadas à condição de incompletude da linguagem e do sujeito, enunciadas ao sabor que a memória e também a ideologia permitem mobilizar, marcadas pelo lugar que ocupam os sujeitos em um dado momento histórico e em uma dada posição na trama social. Isso nos faz desconsiderar os sentidos dados à priori tomados ao pé da letra e cristalizados como evidentes; mais ainda, esse apontamento do teórico francês nos coloca diante do modo como discursiva e imaginariamente os sujeitos atribuem sentidos a sai, ao outro e ao objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiadas pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de matriz francesa – em particular as noções de sujeito, memória discursiva e ideologia – observamos o funcionamento discursivo sobre a pedofilia e pornografia infantil instituído na web. Verificamos que, sujeitos-navegadores ocupam diferentes modos de dizer sobre o tema, oscilando entre duas que nos parecem ser as posições mais marcantes: i. a pedofilia discursivizada como doença a ser compreendida no âmbito científico e médico como distúrbio que precisa de tratamento; ii. a pedofilia como crime e coisa de bandido a funcionar como uma transgressão da lei de respeito à criança. Os sentidos socialmente construídos e cristalizados de respeito à criança, bem como a sua dessexualização, também puderam ser lidos e observados em vários comentários, reforçando o discurso pelos direitos da criança e a sua proteção. Por outro lado, entendemos um silenciamento sobre os modos como o corpo da criança comparece nas várias mídias em que circula sensualmente a provocar os olhares dos espectadores. Registramos, a título de considerações finais e provisórias, como o tema em questão é tramado por contradições de sentidos, um reflexo direto das problemáticas da sociedade contemporânea e da sexualidade, em toda sua complexidade. Estudar os sentidos de pedofilia na rede eletrônica sinaliza uma contribuição efetiva

em duas direções: I. produzir gestos de leitura sobre a própria rede digital, indicando como os arquivos circulam e promovem cadeias de articulações e arranjos, como deslocam-se e como inscrevem efeitos de/sobre violência sexual contra sujeitos infantis; II. refletir sobre o modo contemporâneo de circulação de imagens e dizeres que fazem do corpo da criança objeto sexual, desvestindo de naturalidade os sentidos tidos como óbvios.

REFERÊNCIAS

- Associação Psiquiátrica Americana – APA (1995). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV)*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- Centro de defesa da criança e do adolescente – CEDECA-BA. [Online] <<http://www.cedeca.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- Childhood Brasil. (2006). *Navegar com segurança: Protegendo seus filhos da pedofilia e da pornografia infanto-juvenil na Internet*. São Paulo: CENPEC. [Online] <<http://www.wcf.org.br/>>. Acesso em: 16 maio 2010.
- Diga não a erotização infantil. [Online] <<http://diganaoeroticizacaoinfantil.wordpress.com/2007/08/29/atencao-com-o-uso-de-fotos-e-videos-de-seu-filho-na-internet/>>. Acesso em: 18 ago. 2010.
- Dorneles, E. (2005). *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223.
- Felipe, J. & Guizzo, B.S. (2003). Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Pro-Posições*, 14, 47-57.
- Fernandes, C. (2005). *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas.
- Galli, F. (2008). *(Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Inhope. INHOPE Forum Annual Review. (2004). [Online] <<http://www.inhope.org/>>. Acesso em: 3 jun. 2010.
- Landini, T.S. (2007). Envolvimento e distanciamento na produção brasileira de conhecimento sobre pornografia infantil na internet. *São Paulo em Perspectiva*, 21, 80-88.
- Landini, T.S. (2003). Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cad. Saúde Pública*, 19(sup. 2), 273-282.
- Lidchi, V. (2008). Riscos ligados à sexualidade. In Estefenon, S. G.B; Eisenstein, E. (Orgs.). *Geração digital: riscos e benefícios das novas tecnologias para as crianças e os adolescentes* (pp. 48-64). Rio de Janeiro: Vieira & Lent.
- Linha defensiva. Pornografia Infantil: Qual sua opinião? FÓRUM. [Online] <<http://www.linhadefensiva.org/forum/index.php?showtopic=86521>>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- Linha defensiva. Pedofilia: Como reagir ou interagir? FÓRUM. [Online] <<http://www.linhadefensiva.org/forum/index.php?showtopic=52931&st=0>>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- Mott, L. (1989). Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil Antigo. *Cadernos de Pesquisa*, 69, 32-39.
- Organização Mundial da Saúde – OMS (2008). *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID-10)*. Décima Versão. [Online] <<http://www.datasus.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm>>. Acesso em: 22 maio 2010.
- Orlandi, E. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. (2005). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. de Eni P. Orlandi et al.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In Achard, Pierre et al. *Papel da memória*. (Trad. de José Horta Nunes). Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (1990). Análise automática do discurso. In Gadet F., Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (Trad. de Eni P. Orlandi). Campinas: Editora da Unicamp.
- Reis, F. (2003). Enfrentamento da distribuição da pornografia infantil na internet: uma experiência institucional. In CEDECA-BA (Org.). *Construindo uma História: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes* (pp. 23-36). Salvador, BA.
- Reis, F. (2004). O enfrentamento da pornografia infantil na Internet: o papel dos canais de denúncia. In I Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos, 2004, Brasília, DF. *Anais do Iccyber*, 2004. Brasília, DF.
- Rezende, R.V & Amaral, S.T. (2009). Pedofilia: uma fantasia de poder sobre a inocência. *Revista Intertemas*, 5, 1-11.
- Serafim, A.P, et al., 2009. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista Psiquiatria Clínica*, 36, 101-111.
- Silva, L.O. 2001. A internet – a geração de um novo espaço antropológico. In A. Lemos, & M. Palacios. *Janelas do ciberespaço – comunicação e cibercultura*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Tarde, A. 2009. *Estudante de medicina acusado de pedofilia é apresentado pela polícia*. [Online] <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1230173>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

Recebido em: 08.11.2011. Aceito em: 04.06.2012.

Autoras:

Vivian Lemes Moreira – Mestre em Ciências, pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Ciências da Informação e Documentação pela FFCLRP/USP. Pesquisadora do E-I@dis, Laboratório discursivo, sujeitos e sentidos em movimento (FAPESP). Bolsista CAPES/CNPq.

Lucília Maria Sousa Romão – Livre-Docente em Ciências da Informação e da Documentação; Profa do Curso de Graduação em Ciências da Informação e da Documentação e Programa de Pós-Graduação em Psicologia, ambos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCAR. Coordenadora do E-I@dis, Laboratório discursivo, sujeitos e sentidos em movimento (FAPESP). Bolsista CNPq.

Enviar correspondência para:

Vivian Lemes Moreira
Avenida dos Bandeirantes, 3900 – Monte Alegre
CEP 14040-901, Ribeirão Preto, SP, Brasil
E-mail: <vianni@l@gmail.com>